

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2013

**NOVA GESTÃO DA CNPL TOMA POSSE
PRESIDENTE DA FEDCONT INTEGRA A DIRETORIA**



Diretoria da CNPL – Gestão 2013/2016

O Presidente da Federação dos Contabilistas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, Luiz Sergio da Rosa Lopes, tomou posse como vice-presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL, no último dia 09 de abril, em solenidade realizada em Brasília, com a presença de parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, representante da Ordem dos Advogados do Brasil e de várias centrais sindicais, Confederações, Federações, presidentes de sindicatos e de vários Conselhos de Fiscalização Profissional, além do ministro do trabalho e emprego, Manoel Dias. A nova Diretoria da CNPL é presidida pelo Corretor de Imóveis, Carlos Alberto de Azevedo e é integrada por lideranças sindicais de várias categorias profissionais. Diretoria da CNPL: **PRESIDENTE: CARLOS ALBERTO SCHMITT DE AZEVEDO, 1º VICE-PRESIDENTE: WILSON WANDERLEI VIEIRA, VICE-PRESIDENTE: FERNANDO GUEIROS, VICE-PRESIDENTE: IRINEU ZANUZZO, VICE-PRESIDENTE: MOISÉS ANTONIO BORTOLOTTI, VICE-PRESIDENTE: MARIA TERESINHA OSCAR GOVINATZKI, VICE-PRESIDENTE: ROGÉRIO MARQUES NOÉ, VICE-PRESIDENTE: DANILO GONÇALVES MOREIRA CASER, VICE-PRESIDENTE: LUIZ SÉRGIO DA ROSA LOPES,**

VICE-PRESIDENTE: CLOVIS MATOSO VILELA LIMA, **VICE-PRESIDENTE:** JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS JÚNIOR, **SECRETÁRIO GERAL:** JOSÉ ALBERTO ROSSI, **1º SECRETÁRIO:** EDSON STEFANI, **TESOUREIRO GERAL:** FRANCISCO ANTONIO FEIJÓ, **1º TESOUREIRO:** RAMIRO LUBIAN CARBALHAL, **DIRETORES TÉCNICOS ADJUNTOS:** 1) JOÃO ALBERTO ARAÚJO FERNANDES, 2) DIVANZIR CHIMINACIO, 3) PAULO RODRIGUES DE SOUZA FILHO, 4) RICARDO NERBAS, 5) ALMIR DA SILVA MOTA, 6) SERGIO GILBERTO DIENSTMANN, 7) REGINALDO ANTONIO VALENÇA DOS SANTOS, 8) FLÁVIO ANTONIO LEAL DE AZEVEDO, 9) PIERRE LAFFITE DA SILVA, 10) AILTON COELHO DE ATAIDE FILHO, 11) EDUARDO BARBOSA STRANG, 12) EDSON BENEDITO ROFFÉ BORGES, 13) WILSON PEREIRA MACHADO, 14) ROBERTO CARVALHO CARDOSO, 15) JOSÉ PAULO GARCIA, **CONSELHO FISCAL – EFETIVOS:** 1) JANDIVAL ROSS, 2) MILTON PESSOA CAVALCANTE, 3) SERGIO JOSE VEDOVELLO. **SUPLENTES:** 1) ADEMIR CARLOS GALVÃO DE OLIVEIRA, 2) FRANCISCO CLAUDIO DE SOUZA MELO, 3) KALIL KARAM NETTO.

FEDERAÇÃO PARTICIPA DE CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO SINDICAL



Danilo Caser (vice-pres CNPL), Luiz Sergio (vice-pres. CNPL e pres. FEDCONT), João Alberto (Dir. Técnico da CNPL) e José Ribeiro Júnior (vice-pres. CNPL)

O Presidente da Federação dos Contabilistas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, Luiz Sergio da Rosa Lopes (foto), participou nos dias 10 a 12 de abril de 2013, do Congresso Internacional de Direito Sindical, realizado na cidade de Fortaleza, Ceará, integrando a Delegação da Confederação Nacional das Profissões Liberais - CNPL. O Congresso foi realizado pela Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (Conalis), do Ministério Público do Trabalho (MPT/CE), o Grupo de Estudos e Defesa do Direito do Trabalho e do Processo Trabalhista (Grupe), da Universidade Federal do Ceará, e com o apoio do Fórum das Centrais Sindicais no

Estado do Ceará (FCSEC). O evento teve a participação de mais de 1.000 inscritos: e vários palestrantes nacionais, internacional, lideranças sindicais, representante dos Poderes Executivo, Judiciário Trabalhista, Legislativo, do Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, Organização Internacional do Trabalho, Federações, Confederações e Centrais Sindicais, que durante os três dias do evento debateram vários temas relacionados com o interesse dos trabalhadores, conforme a programação abaixo: - **EIXO 1 - LIBERDADES SINDICAIS**: Presidente - Joana D'arc Almeida - Presidente da Central Única dos Trabalhadores no Ceará (CUT/CE); **Unicidade sindical: opção do constituinte de 1988 e sua atualidade**, José Carlos Arouca (advogado/SP); **Responsabilidade constitucional do MTE e sua contribuição para o sindicalismo brasileiro**, Manoel Messias (Secretário das Relações de Trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego/DF); **Liberdades sindicais: entre o Direito e a organização democrática eficiente**, Carlos Chagas (Advogado trabalhista e professor), Presidente - Erlan José Peixoto do Prado (Procurador do Trabalho, PGT); **Condutas Antissindicais no Direito Comparado**, Luciano Martinez (Doutor, Juiz do Trabalho e Professor da Universidade Federal da Bahia); **Sindicato e Poder econômico: experiência europeia e perspectivas para os países em desenvolvimento**, Antonio Ojeda (Professor da Universidade de Sevilla); **EIXO 2 - SINDICALISMO, ESTADO E SERVIÇO PÚBLICO**: Presidente - Christianne Diógenes (Juíza do Trabalho, mestre e Presidente da Amatra VII); **Sindicalismo e Estado: A visão da OIT**, Cleopatra Doumbia-Henry (Diretora do Departamento de Normas da OIT); - **Sindicalismo no serviço público e Convenção 151 - OIT**, Emmanuel Teófilo Furtado (Juiz do trabalho, doutor, professor da Universidade Federal do Ceará); **A Administração Pública, na mesa de negociação**, Carlos Eduardo (Presidente da ANPT); - **Conflituosidade de interesses nas reivindicações de sindicatos de servidores públicos**, Germano de Siqueira (Juiz do Trabalho, diretor da Anamatra); - **Espaço da OIT com as entidades sindicais** - Coordenadores de Mesa: Clóvis Renato e Thiago Pinheiro, da COMSINDICAL (OAB/CE); Apresentação: Raimundo Nonato Gomes (FCSEC, Força Sindical/CE); Palestrantes: Stanley Gacek (Diretor-Adjunto do escritório da OIT/DF) e Cleopatra Doumbia-Henry, (Diretora da OIT); **Paralelamente, reunião privativa do MPT** (auditório anexo): Reunião institucional dos membros da Conalis; - Suspensão dos trabalhos; **EIXO 3 - DEMOCRACIA SINDICAL E MODELO ORGANIZACIONAL**: Presidente - Valmir Couto (UGT/CE); **Reforma sindical e democracia**, Eudes Xavier (Deputado Federal-PT/CE); **Organização de trabalhadores na empresa**, César Britto (advogado trabalhista, ex-presidente da OAB), - Debates - **Diálogo entre os Sindicatos, o Ministério Público do Trabalho, a Magistratura e o Ministério do Trabalho e Emprego** - Moderador - Gérson Marques (Coordenador da Conalis), - **Modelo sindical: a visão pelo MPT**, Luís Antonio Camargo de Melo (Procurador Geral do Trabalho), - **Modelo sindical: a visão pela Magistratura**, Lélío Bentes (Ministro do Tribunal Superior do Trabalho), - **Modelo sindical: a visão pelo MTE**, representante do TEM - **MPT: a visão pelos sindicatos**, Paulo Pereira (Força Sindical), - **Magistratura: a visão pelos sindicatos**, Vagner Freitas, presidente da CUT, - **MTE: a visão pelos sindicatos**, Ricardo Patah (UGT) – Debates - **EIXO 4 - DIREITO DE GREVE**: Presidente - Valdir Alves Pereira (Conlutas/CE), **Relação da imprensa com o movimento sindical**, Plínio Bortolotti (Diretor Institucional do jornal O Povo/CE), - **Condutas antissindicais na greve**, Ricardo José Macedo de Britto Pereira (Procurador do Trabalho, CONALIS); – Debates, – Intervalo - Presidente - José Antonio Parente da Silva (Desembargador do TRT 7ª Região, Diretor da Escola Judicial e mestre); **Perspectivas internacionais dos movimentos de reivindicação sindical**, Lélío Bentes (Ministro do TST); - **Discussão, elaboração e aprovação da redação final da Carta de Liberdades Sindicais de Fortaleza**; Leitura da Carta de Liberdades Sindicais de Fortaleza; Entrega dos prêmios do Concurso de Artigos sobre Sindicalismo, por Fernando Ferraz (Doutor e professor da UFC), Kennedy Reial (advogado, pós-graduado em Direito do Trabalho) e por Regina Sônia Farias (bacharela em Direito e mestranda da UFC) - **Cerimônia de encerramento**; Palavras do presidente de honra do Congresso, Luís Antônio Camargo de Melo (PGT), e do organizador, Gérson Marques (CONALIS).

Durante os três dias do evento, a programação foi debatido intensamente pelos palestrantes e os participantes. Destacamos abaixo, em síntese, os temas abordados: Sobre a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho a conclusão geral de vários palestrantes é de que a Convenção 87 não defende nem a unicidade nem a pluralidade sindical.

Durante sua exposição, José Carlos Arouca, advogado e juiz do trabalho aposentado, disse que o Ministério do Trabalho e Emprego fere as liberdades sindicais quando impõe mecanismos de representação para as entidades sindicais.

Manoel Messias, secretário de relações do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, disse que apesar de ser pessoalmente contrário a unicidade sindical e ao imposto sindical, seu trabalho no MTE é pela defesa desses princípios.

O Presidente da central sindical União Geral dos Trabalhadores, Ricardo Pathá, defendeu que o Ministério do Trabalho e Emprego recupere os espaços de representação que perdeu ao longo dos anos e que seja mais participativo nas questões que envolvem os trabalhadores.

César Brito, advogado trabalhista e ex-presidente nacional da OAB, fez uma brilhante apresentação abordando o preconceito que sofre o movimento sindical e os sindicalistas no Brasil e propondo diversas formas de resistência e enfrentamento a este preconceito.

Gerson Marques, procurador e coordenador da CONALIS, abordou de forma muito interessante os conflitos do movimento sindical no setor público, apontando as contradições e propondo diversas formas de enfrentamento para o movimento sindical do setor público avançar em conquistas para os trabalhadores do setor.

O Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Lélío Bentes, disse que, em sua percepção, enquanto não houver um acordo do movimento sindical para acabar com a contribuição compulsória, imposto sindical, mesmo que de forma gradual ao longo do tempo, a tendência é de que a jurisprudência do órgão sobre a contribuição assistencial permaneça a mesma, ou seja, permitida apenas aos associados.

Luiz Sergio comentou que: "Foi um evento oportuno, para a discussão franca com o Ministério Público do Trabalho e o Judiciário. Foram questionados junto ao Ministério Público do Trabalho, a necessidade de haver entre os procuradores entendimento uniforme sobre a contribuição assistencial, o que não ocorrer, pois cada um formula o seu particular, gerando insegurança jurídica", assim como continua ele " a incapacidade do Ministério do Trabalho em assumir as suas prerrogativas para incrementar a fiscalização. O MTE vem sofrendo um contínuo processo de desmonte, deixando de ser um dos autores nas questões trabalhistas".

PARA TOMBINI, TRANSPARÊNCIA CONTÁBIL NÃO PODE PREJUDICAR ESTABILIDADE

Convidado para abrir um evento em São Paulo sobre o padrão contábil internacional, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, defendeu ontem em discurso o processo lento e paulatino de incorporação das IFRSs ao arcabouço regulatório dos bancos no Brasil. Para ele, antes de adotar uma nova norma, o BC "deve pensar no equilíbrio entre transparência e estabilidade do sistema, de modo que todos os

impactos sejam meticulosamente analisados". No mesmo evento, mas cerca de uma hora depois da partida de Tombini, o presidente do Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (Iasb), Hans Hoogervorst, se manifestou contrário a essa posição, bastante comum entre reguladores prudenciais. "Na verdade, a transparência é uma pré-condição para que haja estabilidade", disse ele ao Valor, logo após uma de suas apresentações na Conferência IFRS. Ao falar sobre o registro de provisões contra inadimplência com base no modelo de perda esperada, que será adotado em breve no IFRS em substituição ao sistema de perda incorrida, Hoogervorst fez questão de marcar uma diferença entre a proposta do Iasb e as normas regulatórias prudenciais que exigem a constituição preventiva de reservas de capital elevadas já no momento da concessão de empréstimos. "Isso pode ser saudável para o sistema. Mas não é uma boa prática contábil", disse ele, ao enfatizar que esse tipo de contabilização não representa de forma adequada a performance das instituições. Aqui no Brasil, a resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional (CMN) prevê que os bancos constituam provisões antes de qualquer evidência específica de que haverá inadimplência, o que pode ser considerado um modelo de perda esperada, embora não com as características que o Iasb defende. Os bancos locais dão uma nota de crédito ao tomador, que no momento da concessão pode ser 'AA', 'A', 'B' ou 'C' (quando há atraso efetivo a escala continua até 'H'). No rating 'AA', nenhuma provisão é feita. Já nas notas seguintes, o nível mínimo de provisão inicial é de 0,5%, 1% e 3%, respectivamente. Sem mencionar especificamente o Brasil, o presidente do Iasb criticou também uma prática comum no país, que é a criação antecipada de um colchão de provisões quando os negócios vão bem para serem usadas no futuro, quando a carteira de empréstimos se deteriora, de modo a suavizar o lucro divulgado ao longo do tempo. "Assim, o investidor não sabe o que está ocorrendo", afirmou. A solução proposta por Hoogervorst para esse ponto é que as reservas prudenciais continuem a ser constituídas, como desejam alguns bancos centrais, mas que não afetem a conta de lucros e prejuízos, somente o patrimônio. De acordo com o presidente do Iasb, a preocupação dos reguladores e dos bancos com as normas contábeis mais baseadas em valor justo se deve ao fato de que as instituições financeiras estão trabalhando com "níveis muito baixos de capital, o que não permite que eles lidem com nenhuma volatilidade de mercado". Em sua apresentação, Tombini disse que o Banco Central brasileiro tem acompanhado "com interesse" essa discussão sobre a mudança no sistema de reconhecimento de provisão para perdas em instrumentos financeiros. "Esse assunto é de grande interesse de todos os reguladores prudenciais, pois afeta uma parcela considerável dos ativos dos bancos. O modelo atual, baseado nas perdas incorridas, não proporciona provisões em volumes suficientes e de forma tempestiva, o que ficou conhecido internacionalmente no jargão 'too little, too late' [muito pouco, muito tarde]."

Tanto o Iasb, que cuida do IFRS, como seu congênere Fasb, que regula as normas contábeis dos Estados Unidos, estão mudando as regras para constituição das provisões. Entretanto, cada órgão apresentou uma proposta distinta. A minuta da entidade americana defende o registro de toda a perda esperada para o ciclo de vida

do empréstimo no momento da concessão do crédito. Já o modelo do lasb propõe que a provisão inicial tenha como base apenas a probabilidade de perda num período de 12 meses. A reserva só seria elevada se houvesse algum gatilho sinalizando que houve uma deterioração na qualidade do crédito. Segundo Hoogervorst, com as duas minutas em audiência pública, agora é o momento de ouvir o que os envolvidos com cada padrão contábil têm a dizer. "Ainda há espaço para as normas ficarem mais próximas", disse. **Fonte: Valor Econômico**

LEASING E SEGURADORAS SÃO ALVOS

Além de afinar o modelo de registro para perda esperada com inadimplência de empréstimos, o aperfeiçoamento das regras de contabilização de operações de arrendamento mercantil (leasing) e o desenho de normas específicas para seguradoras estão entre os focos do Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (lasb, na sigla em inglês). "Os números de operações de leasing são muito substanciais e estão fora dos balanços. Isso é um grande risco", afirmou o presidente do lasb, Hans Hoogervorst em conferência realizada ontem em São Paulo. Hoje, as operações de leasing que não contemplam opção de compra ao fim do período aparecem nas demonstrações financeiras apenas como uma despesa administrativa, equivalente a um aluguel, e não entram no balanço patrimonial. Segundo ele, o lasb está trabalhando em uma minuta de orientação sobre o assunto, que será aberta a audiência pública ainda no primeiro semestre. Hoogervorst disse que as discussões com o Fasb, órgão responsável pela elaboração das normas contábeis no padrão americano (US Gaap), estão caminhando bem nesse ponto e que deve haver convergência em relação ao assunto. Outro desafio do órgão, segundo o executivo, é o aperfeiçoamento das normas para contabilidade de seguradoras. A ideia é que, pelo novo padrão, as empresas de seguros utilizem as taxas de juros atualizadas para corrigir os passivos gerados pelos contratos de suas apólices. Hoje, ressaltou, muitas seguradoras utilizam taxas defasadas para realizar esses cálculos, o que causa um descasamento entre a saúde financeira da companhia e seu retrato no balanço. Segundo o presidente do lasb, essa diferença fica ainda mais aparente com a realidade de taxas básicas de juros após a crise de 2008. "Precisamos de um modelo de contabilidade que permita que o mercado tenha uma visão da economia como ela realmente é", afirmou. De acordo com ele, a intenção é abrir uma minuta sobre o assunto para audiência pública ainda no primeiro semestre.

Fonte: Valor Econômico

LDO PREVÊ INFLAÇÃO DE 4,5% E SALÁRIO MÍNIMO DE R\$ 719 PARA 2014

O governo federal enviou ao Congresso, nesta segunda-feira (15), o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para a elaboração do Orçamento de 2014. Pelo texto, é possível ter uma estimativa de qual será o cenário econômico para o ano que vem na ótica do Executivo.

A proposta prevê, por exemplo, um salário mínimo de R\$ 719,48.

O crescimento do PIB está estimado em 4,5%, mesma previsão da inflação, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), para 2013, bem no centro da meta do governo, que é de 4,5%. A alta dos preços medida pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) está prevista para 5%.

Apesar da tendência para a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) que começa amanhã (16) ser de aumentar os juros básicos da economia brasileira (Taxa Selic), a proposta da LDO trabalha com o patamar atual de 7,25% para os próximos dois anos.

Números provisórios

Meta do Superavit Primário em 2014	
Abrangência	Meta (R\$ Bilhões)
Setor Público Consolidado	167,4 (3,1% do PIB)
Governo Central	116,1 (2,15% do PIB)
Estatais Federais	0,0
Estados e Municípios	51,2 (0,95% do PIB)

Fonte: Ministério do Planejamento

Todos esses números são provisórios e devem ser revisados por deputados e senadores até a aprovação da LDO, o que precisa acontecer, conforme a Constituição, até o dia 17 de julho.

Se, até essa data, o texto não tiver sido apreciado, o Congresso não poderá entrar em recesso. A proposta estabelece as regras para a elaboração do Orçamento, o que se inicia no segundo semestre, e traz regras para a fiscalização dos gastos públicos.

O reajuste do salário mínimo, por exemplo, pode ser alterado porque é calculado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que só estará consolidado no final do ano. Para 2015, a previsão do mínimo é de R\$ 778,16; e de R\$ 849,78 para 2016.

A meta de superavit primário para o setor público é de R\$ 167,4 bilhões, aproximadamente 3,10% do PIB, mesma previsão percentual da LDO do ano passado. O valor inclui uma meta de R\$ 51,2 bilhões para estados e municípios. O Ministério do Planejamento já adiantou que a União pode compensar metas não cumpridas dos entes federados, mas não há obrigação legal para que isso ocorra.

Orçamento

Como o Orçamento de 2013 só foi aprovado em março deste ano, o projeto de LDO já propõe regras para o caso de a proposta orçamentária não estar aprovada em janeiro de 2014. Atualmente, quando o ano se inicia sem Orçamento aprovado, o governo é autorizado a gastar um duodécimo da proposta enviada ao Congresso por mês, mas apenas em despesas obrigatórias.

O projeto da LDO, nessa situação, permite também as seguintes ações:

- investimentos e inversões financeiras no âmbito do PAC;
- despesas no âmbito do orçamento de investimento;
- formação de estoques públicos (programa de garantia de preços mínimos);
- ações de prevenção a desastres (Defesa Civil);
- financiamento ao estudante;
- despesas do TSE com eleições;
- cumprimento com a aplicação mínima nas ações de saúde;

- bolsas de estudo (CNPq, Capes, Ipea e FNDE); e
- pagamento de estagiários;

Em 2013, enquanto o Orçamento não foi aprovado, o Executivo editou uma medida provisória para liberar recursos, com destaque para o orçamento de investimento e operações do PAC. (Fonte: Agência Câmara)

Parâmetros macroeconômicos previstos na LDO				
Crescimento real do PIB (%)	3,50	4,50	5,00	4,50
IPCA (var. % acumulada)	5,20	4,50	4,50	4,50
IGP-DI (var. % acumulada)	5,18	5,00	5,00	4,95
Salário Mínimo - (R\$)	678,00	719,48	778,17	849,78
Taxa de Câmbio Média (R\$/US\$)	2,00	2,04	2,07	2,09
Massa Salarial Nominal (var. % média)	11,64	12,34	12,72	12,56
Taxa de Juros (% em dezembro)	7,25	7,25	7,25	7,25

Fonte: Ministério do Planejamento

Fonte: Diap

GOVERNO QUER UNIFICAR SISTEMA DE CONTABILIDADE

A consolidação das contas públicas, nos níveis federal, estadual e municipal, num sistema contábil de padrão internacional é o tema do 1º Fórum de Contabilidade Pública, realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), que acontecerá no dia 10 de maio, em São Paulo.

O encontro, que será aberto pelo economista Andrea Calabi, titular da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e pelo presidente da FIPECAFI, Iran Siqueira Lima, reunirá especialistas em contabilidade e auditores, além de representantes da Secretaria do Tesouro Nacional e do Fundo Monetário Internacional.

Os participantes discutirão a experiência do governo de Minas Gerais, único Estado que já implementou as normas contábeis internacionais, e seu impacto na gestão pública brasileira.

Fonte: IstoÉ Dinheiro – CFC

CNPL REALIZA FÓRUMS DE ATUALIZAÇÃO SINDICAL



A Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL realizará nos dias 25 e 26 de abril de 2013, em Fortaleza, Ceará, o **I Fórum de Atualização Sindical** para os dirigentes sindicais das entidades vinculadas à Confederação.

Ao longo do ano de 2013, a Confederação realizará outros fóruns regionais em todas as regiões do País. O objetivo dos fóruns, segundo a CNPL é atualizar os atuais dirigentes sindicais e formar novas lideranças, em todo o Brasil.

As inscrições estão abertas através do sitio da CNPL na internet (www.cnpl.org.br)

PROGRAMAÇÃO SUGERIDA

Dia 25/04/2013

15h00 - Abertura:Palavra do Presidente da CNPL – Carlos Alberto Schmitt de Azevedo

15h30 - Ministério do Trabalho e Normatizações para o Movimento Sindical – Zilmara Alencar

16h15 – Intervalo

16h45 - Cenário Político no Brasil e o movimento Sindical dos Profissionais Liberais – André Santos

17h15 – Colóquio

Dia 26/04/2013

9h30 – O impacto da globalização na economia brasileira – Flávio Tonelli

10h15 – Intervalo

10h45 – A CNPL e as ações para garantias da Liberdade Sindical - Amadeu Garrido de Paula

11h30 – Colóquio

- *Flavio Tonelli*

- *Amadeu Garrido de Paula*

12h – Intervalo

14h – Debates em grupos

Grupo 1 – Ministério do Trabalho e Normatizações para o Movimento Sindical

Grupo 2 - Cenário Político no Brasil e o movimento Sindical dos Profissionais Liberais

Grupo 3 - O impacto da globalização na economia brasileira

Grupo 4 - A CNPL e as ações para garantias da Liberdade Sindical

15h00 – Intervalo

15h30 – Plenária: discussões das propostas dos grupos

16h15 – Reunião relatores dos grupos

17h – Apresentação do Relatório Final

17h15 – Encerramento

Fonte: CNPL.